MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *Marcello Caetano e o sentido do antiliberalismo no pensamento político português*. In: LIMONCIC, Flávio Limoncic & MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (Org.). **Os intelectuais do antiliberalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 199-229.

CAPÍTULO 7

Marcello Caetano e o sentido do antiliberalismo no pensamento político português

*Francisco Carlos Palomanes Martinho**

editorarte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

* Professor adjunto do Departamento de História da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Intelectuais_2a.indd 199 21.05.10 18:17:41

editoriarte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo
Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 200 21.05.10 18:17:41

INTRODUÇÃO

A instauração, em 1933, do Estado Novo português constitui um dos mais importantes capítulos na história do declínio dos sistemas democrático-representativos na Europa do entre guerras. Nas décadas de 1920 e 1930 o velho continente assistiu também ao esgarçamento dos sistemas econômicos pautados pelo liberalismo. Assim, o binômio antiliberalismo político/antiliberalismo econômico constituiu-se na principal referência para a moldagem dos regimes que nasciam dos escombros das sociedades assentadas na democracia liberal.

Essas características comuns, entretanto, abriram espaço para uma série de interpretações que tenderam a considerar os diversos regimes antiliberais como sendo todos eles a expressão do nascente fascismo.[1] Esse modelo interpretativo optou por escolher a mais importante das experiências antiliberais, desconsiderando as peculiaridades de cada experiência nacional.

No caso português, os problemas que levaram à crise da experiência republicano-liberal inaugurada em 1910 decorrem, em parte, da chamada crise do pós-Primeira Guerra Mundial. Mas, sobretudo, ela é consequência de raízes históricas que remontam à própria formação do Estado nacional português. Os problemas advindos da crise dos anos 1920 e 1930, na verdade, só fizeram renascer sentimentos há muito presentes na formação histórica portuguesa.

Procuraremos discutir as bases do antiliberalismo português na Primeira República, entendidas como suporte para a constituição do Estado

editora2arte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 201 21.05.10 18:17:41

Novo, a partir de dois importantes momentos. O primeiro, decorrente da inesperada instauração republicana e do primeiro alento antiliberal pós-golpe de 1910, o breve consulado do Major Sidónio Pais, de 1917 a 1918. O segundo, datado dos anos 1920, com uma oposição unificada em torno da memória do ditador assassinado e vivamente influenciada pelos movimentos antiliberais ocorrentes na Europa. A instauração da ditadura militar, com o golpe de 28 de maio de 1926, foi o momento de catarse dos diversos setores incomodados com uma república que em muito se distanciava das "verdadeiras" tradições portuguesas.[2]

Em uma primeira fase, sobressaíam-se as articulações antirrepublicanas, saudosistas do sistema monárquico. Sobretudo a resistência católica contra a excessiva laicização do novo regime. Uma etapa, então, marcada pela tentativa de resgatar um recente passado. Em uma segunda fase, a oposição à Primeira República ampliou seu leque, absorvendo novos sujeitos, influenciados pelos ventos europeus e, em parte, distantes da memória de um passado cada vez mais longínquo. Entre passado e futuro, moveu-se a oposição portuguesa ao republicanismo liberal. O resultado dessa tensão procuraremos discutir neste breve artigo.

DA INESPERADA REPÚBLICA À REAÇÃO ANTILIBERAL

A instalação, em 1910, do regime republicano em Portugal se deu em nome de projetos marcadamente laicos e liberais. Não por acaso, o primeiro governo provisório, de outubro de 1910 a setembro de 1911, promulgou a separação da Igreja e do Estado, confiscou bens religiosos e perseguiu a imprensa católica.[3] O regime que se instaurava tinha, segundo importante estudioso do catolicismo português, o nítido intuito "de limitação da liberdade religiosa, de cerceamento do culto e de ingerência abusiva na vida da igreja".[4] A despeito do nítido interesse em impor à Igreja uma derrota, o frágil republicanismo português assistiu a uma forte e intensa resistência católica, nomeadamente em círculos intelectuais. Logo em 1912, por exemplo, no Centro Académico de Democracia Cristã (CADC), de Coimbra, nascia a revista *O Imparcial*,

editoriarte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 202 21.05.10 18:17:41

cujos principais responsáveis eram o então professor Oliveira Salazar, futuro presidente do Conselho de Ministros do Estado Novo, e o então padre Manuel Cerejeira, futuro cardeal patriarca de Lisboa. Outras revistas, igualmente em defesa da doutrina cristã, surgiram em cidades como Lisboa, Porto e Viseu.[5]

As sucessivas crises do republicanismo liberal português punham em questão a sua capacidade de implementar um projeto político de maior vulto. Para que tenhamos uma ideia do nível de instabilidade na primeira fase do republicanismo em Portugal, basta lembrar que naquele curto período de apenas 16 anos o país assistiu à ascensão e à queda de 45 governos e 29 levantes revolucionários de diversos matizes.[6] Nesse quadro, diversos opositores se articularam no sentido de enfrentar o sistema liberal representativo e apresentar à sociedade portuguesa uma nova alternativa. O primeiro coroamento de tal processo se deu por meio do golpe liderado por Sidónio Pais, em 1917. Segundo Castro Leal, a influência do sidonismo para a história de Portugal diz respeito à modelação de estruturas autoritárias e à constituição de um bloco político alicerçado no Exército, no comércio, na indústria e em parcela da intelectualidade.[7] Para António Ferro,[8] futuro diretor do Secretariado de Propaganda Nacional (SNP) durante o Estado Novo, a vitória do sidonismo representava uma verdadeira ruptura em um sentido revolucionário com as estruturas da "República Velha".[9] O entusiasmo e a admiração de Ferro dão bem a dimensão da importância que teve o sidonismo no imaginário de importantes segmentos das elites intelectuais portuguesas. Em dezembro de 1918, entretanto, na Estação de Comboios do Rossio, Sidónio Pais seria assassinado. A despeito do curto período em que esteve no poder, um ano, a memória de Sidónio Pais, e do que veio a se chamar sidonismo, permaneceu viva como suporte ideológico e como referência política dos principais segmentos do autoritarismo português.

Contribui, para tanto, o desfecho do conflito mundial. Em um nível mais amplo, em virtude da nova configuração adquirida pelas sociedades contemporâneas a partir de 1918. No âmbito interno, em decorrência da situação portuguesa pós-guerra. Quanto ao primeiro aspecto, do

editorIarte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 203 21.05.10 18:17:41

novo quadro mundial, a Europa assistiu a um primeiro momento de sua lenta decadência e perda de importância frente aos Estados Unidos, detentor, a partir daquele momento, da hegemonia no mundo capitalista. Os modelos autoritários que se ampliaram nos anos 20 foram, portanto, reações à vitória do americanismo. Como diz Castro Leal, consolida-se uma *ideia de renascimento* vinculada a movimentos políticos detentores de projetos de tipo *autoritário*.[10] Nesse quadro, se inseria tanto o fascismo italiano, quanto todos os demais movimentos nacionalistas e antiliberais, independentemente de terem ou não se transformado em regimes políticos. Ainda no quadro internacional do pós-guerra, não se deve esquecer da vitória da Revolução Russa, fator de fundamental importância para o fomento de ideologias de tipo autoritário e contrarrevolucionário em toda a Europa.[11]

Mas, para além das condições internacionais, favoráveis à vitória de movimentos de tipo autoritário-nacionalista em quase toda a Europa, há fatores de ordem interna que induziram Portugal a uma gradativa adesão a movimentos e projetos políticos antiliberais. O primeiro desses fatores, de caráter mais longo, é a própria tradição portuguesa. Na história portuguesa, momento marcante foi o seu papel, ao lado da Espanha, na construção de um extenso mundo colonial que se realizava em nome dos interesses do Estado nacional. Portugal e Espanha tinham, como sabemos, características muito próximas — tanto na natureza de seu Estado absolutista católico como também nos projetos do ultramar. A otimização do Estado, portanto, constituiu-se em um forte argumento de resistência contra o liberalismo que se organizava fundamentalmente não a partir do Estado, mas da sociedade civil.[12] A manutenção de um Estado forte e intervencionista significava a permanência dos interesses tradicionais do Antigo Regime: a terra, a autoridade suprema do monarca e, sobretudo, a pouca importância atribuída às possibilidades de organização em caráter individual. Claro que os Estados absolutistas moviam-se de modo a garantir a permanência dos interesses dos chamados "corpos intermédios", como dizia Montesquieu. Esses, ao mesmo tempo que garantiam legitimidade ao Estado, obtinham também algum espaço de autonomia. O absolutismo monárquico, portanto, realizava-

editora2arte
Título: Intelectuais e anti-liberalismo
Editora Civilização Brasileira
Programa utilizado: InDesign CS3
2ª prova
Intelectuais_2a.indd 204 21.05.10 18:17:41

se em nome da unidade dos diversos corpos que, muitas vezes, tinham interesses conflituosos.[13]

O segundo problema, de caráter também endógeno, embora conjuntural, merece referência. Trata-se do "mal-estar" provocado na sociedade portuguesa do pós-Primeira Guerra. Vivia Portugal, de fato, uma situação no mínimo paradoxal. Apesar de, em virtude de suas alianças históricas com a Inglaterra, ter participado ao lado dos vencedores no conflito, nenhuma vantagem material havia sido concedida aos portugueses.[14] Portanto, Portugal encontrava-se na constrangedora situação de país vencedor que saíra perdendo na guerra e, em virtude dos resultados do conflito, sem condições de pedir reparações por sua participação. Natural, portanto, que o sentimento antiliberal aflorasse nesse período de frustrados sentimentos. Pior que a desestabilização econômica ou política no nível interno, para setores das elites políticas nacionalistas, era o medo diante do chamado "perigo espanhol". No entanto, o medo de uma anexação à Espanha — uma nova "União Ibérica" — era fictício, fruto de uma paranoia contraída pela profunda crise de confiança que atravessava a sociedade portuguesa do pós-guerra. A maior parcela dos discursos acerca do "perigo espanhol" se encontra na imprensa nacionalista, interessada na desestabilização do regime democrático-liberal.[15] De certa forma, a desestabilização econômica, política e social da Primeira República contribuía para que os ecos da ideia de decadência da geração de 1870 ainda se fizessem ecoar nas ruas e nos cafés de Portugal.[16]

A mobilização em torno do combate à democracia liberal se dava a partir de bases bastante sólidas, que remetiam tanto a um passado longínquo como às frustrações vivenciadas na primeira experiência republicana. Porém, mais importante ainda que as tentativas de organização de espaços políticos, era a própria evolução do pensamento conservador português durante os anos 1920. Nesse campo, além do conservadorismo de matriz sidonista, várias outras correntes autoritárias se apresentaram como alternativa política à crise portuguesa. Ao mesmo tempo, o surgimento de diversas correntes antiliberais de perfil republicano fragilizou o desejo de um *restauracionismo* monárquico.

editorIarte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 205 21.05.10 18:17:41

O fascismo, por certo, constitui um movimento que, opondo-se à República liberal, não conseguiu enquadrar-se na ditadura militar implantada em 1926, ainda que, circunstancialmente, a tenha apoiado. Assim como o antecedente do fascismo foi a Action Française (AF)[17] das primeiras décadas do século, também para o caso português encontramos antecedentes do fascismo durante toda a Primeira República. A mais importante influência recebida pelos fascistas portugueses foi o Integralismo Lusitano (IL).[18] Esse, por seu turno, na busca da fundamentação de um nacionalismo conservador português, esteve profundamente marcado pela experiência da AF. Do ponto de vista doutrinário, o IL buscou no passado medieval a justificativa para o combate a um liberalismo que, nascido no século XIX, seria estranho às tradições portuguesas.[19]

Assiste-se aqui a uma *tradição inventada*,[20] no sentido de que o passado era resgatado a fim de que se pudesse construir um presente dotado de organicidade e respaldo popular. Note-se que, no caso específico, a memória restaurada, "reinventada", era a do Estado e de seu chefe, o monarca absoluto. Quanto aos líderes do Integralismo Lusitano, destacava-se o nome de Rolão Preto. Jovem monarquista exilado, transformou-se, nos anos 1920 e 1930, na mais importante figura do fascismo português.

Nos anos 1920, em particular a partir de 1922, os integralistas lusitanos acompanharam, com entusiasmo, a escalada do fascismo italiano. Rolão Preto, entretanto, era pessimista quanto à possibilidade de se organizar um movimento idêntico àquele liderado por Benito Mussolini. Prevaleciam, como quer a ideologia nacionalista, as necessidades de compreensão da realidade específica de Portugal.[21] Mas, desde a Marcha sobre Roma, em 1922, que a direita portuguesa teve seus olhos voltados com profundo otimismo para o fascismo italiano. Rolão Preto, afirmando o caráter legitimamente subversivo e fora da lei desse movimento, afirmava, dessa forma, seu perfil de novidade e revolucionarismo. Para o principal líder em Portugal, o método violento do fascismo era o único capaz de combater com eficiência o antinacionalismo e o bolchevismo.[22]

editora2arte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 206 21.05.10 18:17:41

Mas não era apenas aos declaradamente fascistas que o movimento liderado por Mussolini encantava. António Ferro, em suas famosas viagens para entrevistar líderes autoritários durante os anos 1920, também se sentiu fortemente atraído pela "obra" mussoliniana. Em 1923, ano II da "era Mussolini", Ferro entrevistou pela primeira vez o *Duce*. Além dessa, houve outras duas entrevistas, em 1926 e em 1934. Para Ferro, Mussolini apresentava projetos definidos: "expressão original italiana, restituição das tradições perdidas, governo de ditadura, hierarquia, esvaziamento do Parlamento, corporativismo, latinidade". Em todas as entrevistas, a intenção de Ferro era apontar para a necessidade de um líder com as mesmas características que as de Mussolini: chefe severo, lacônico e autoritário, com perfil dominador e firme.[23]

Ainda em 1923, os nacionalistas portugueses da Acção Nacionalista, no jornal *Portugal*, publicaram uma saudação ao nacionalismo italiano, apontando para a decadência do liberalismo e defendendo as lutas políticas em favor do nascimento fecundo das ditaduras nacionalistas.[24] Assim, um "novo", em detrimento do "velho" regime começava a surgir. Para Ferro, Mussolini representava, então, "o grande mestre da política moderna".[25] Entretanto, assim como os fascistas, Ferro buscou um caminho autenticamente português.[26]

Três características foram marcadamente importantes, tanto na concepção de António Ferro, um dos principais ideólogos do salazarismo, como na de Rolão Preto. A primeira delas era o fascínio pela autoridade do chefe de Estado, que tanto se manifestava no resgate da figura de d. Miguel como na atração por Mussolini. Restava, aqui, a necessidade de se encontrar um "verdadeiro" líder nacionalista para Portugal. Com essa necessidade, fascistas e futuros salazaristas concordavam. Só não concordam na definição de *quem seria* esse futuro líder.

A segunda característica era a busca da tradição e do passado legitimador. Nesse caso, o elemento que unia e justificava a ação política era uma história particular. O ódio ao liberalismo e ao bolchevismo se explicavam, assim, pela herança de ambos frente ao Iluminismo e seus valores "universalistas". Durante toda a construção da ideologia salazarista, assistiu-se ao resgate da "verdadeira" história de Portugal. História

editoriarte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 207 21.05.10 18:17:41

essa que, dado o peso da Igreja Católica e do Estado nacional absoluto, nada tem a ver com a tradição liberal.

A terceira era a defesa da violência, desde que para fins "positivos". A subversão da ordem liberal seria, nessa concepção, a última das violências. A partir daí, o tempo dos conflitos e da luta terminaria em favor do "interesse nacional", o único a unir todos.

Apesar das diversas correntes antiliberais, a mais importante contribuição no sentido de uma institucionalização do novo regime veio, seguramente, do conservadorismo católico. O pensamento conservador católico em Portugal, embora marcado por especificidades nacionais, assim como o fascismo, também sofreu a influência de acontecimentos externos. No fim do século XIX, a encíclica *Rerum Novarum* surgia como a primeira intervenção da Igreja nas questões de ordem social. A *Rerum Novarum* propunha um modelo de organização social que se apresentava ao mesmo tempo como uma alternativa tanto ao liberalismo desagregador e responsável pelas desigualdades sociais quanto ao socialismo ateu e propagador do conflito de classes. O caminho a ser adotado seria o do resgate dos valores medievais. Da organização por ofícios, em caráter familiar. De proteção e de autoridade ao mesmo tempo. O "ponto final" dessa ordem seria o Estado, dotado de poderes para intervir em nome do "bem comum".

Aos valores "universalistas" do liberalismo, o pensamento católico português contrapôs, a seu modo, um "nacionalismo católico" opositor tanto do universalismo imperialista quanto do internacionalismo proletário.[27] Porém, conforme aponta Braga da Cruz, os democratas-cristãos não chegaram a obter uma forte expressão popular. Ao mesmo tempo, não ultrapassaram o campo estritamente doutrinário e de afirmação de princípios.[28]

Talvez a pouca capacidade de mobilização, olhando retrospectivamente a história portuguesa, não constituísse em si um grande problema. A rigor, em se tratando de um movimento de elites políticas que visavam a alternativas, sobretudo a partir de cima, a mobilização social era, possivelmente, o lado menos importante da questão. Mais importante talvez tenha sido a consolidação de um corpo doutrinal católico

editorIarte
Título: Intelectuais e anti-liberalismo
Editora Civilização Brasileira
Programa utilizado: InDesign CS3
2ª prova

Intelectuais_2a.indd 208 21.05.10 18:17:41

que se definia como opositor do liberalismo e de suas consequências no momento da institucionalização do Estado Novo.

Uma das bases do catolicismo português foi o meio acadêmico. Universidades como as de Coimbra e do Porto constituíram-se em centros divulgadores do pensamento católico, com revistas, jornais e também uma forte intervenção política. As preocupações sociais dos católicos conviveram sempre com a repulsa à democracia e ao liberalismo. Mas não deixarão de existir, constituindo-se em um forte pilar — por certo o mais importante — do regime salazarista. De acordo com o jornal dos sindicatos católicos da Covilhã, *Voz dos Trabalhadores*, o contato permanente entre patrões e empregados, levado a bom termo, poderia vir a tornar "dispensável o recurso à greve".[29] Assim como o salazarismo, seu projeto consubstanciava-se em uma alternativa interclassista, destinada à harmonização dos interesses entre os diversos segmentos sociais.

A chamada "questão democrática" não passava despercebida pelos articulistas do pensamento católico português. Longe de a negar, defendiam uma *outra* forma de democracia. Não uma democracia limitada à "tirania do número", como nos sistemas parlamentares. Tampouco uma democracia submetida ao "nivelamento absoluto da sociedade humana". A nova democracia seria aquela constituída a partir da adaptação das antigas agremiações medievais, "em harmonia com as modernas condições sociais".[30]

De qualquer modo, fica evidente o sentido de oposição às duas principais heranças do pensamento iluminista, o liberalismo e o socialismo, além da defesa de um projeto de "harmonia social" a partir da constituição de uma ordem corporativa. E é exatamente isso que pretenderam fazer as elites políticas que se consolidaram a partir da hegemonia salazarista que se constituiu por dentro da ditadura militar implantada em 1926. Não por acaso, em discurso datado de 1930, a edificação do "novo tempo" que se pretendia não incorporava as palavras liberdade, democracia e soberania popular. Essas haviam se esvaziado e perdido espaço para a disciplina, a nação e o Estado.

editora2arte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 209 21.05.10 18:17:41

MARCELLO CAETANO ENTRE PORTUGAL E A EUROPA: O SENTIDO DO ANTILIBERALISMO

Quando da queda da Primeira República, Marcello Caetano tinha apenas 20 anos de idade. Mas já atuava politicamente como secretário-geral da Comissão Executiva do Integralismo Lusitano. Intelectual com precoce destaque nos círculos católicos, rapidamente Caetano se transformou em um importante difusor da doutrina cristã. Em 1928, portanto aos 22 anos, era o próprio Caetano quem, confrade da Sociedade São Vicente de Paulo, proferia uma conferência a respeito da caridade cristã. O que parece interessante nesse caso é a relação crítica que nosso personagem estabelece entre o Renascimento, o romantismo e o racionalismo do século XIX com o cristianismo. Como modelo paradigmático de homem cristão escolhe o patrono da confraria, o próprio São Vicente de Paulo. Tendo vivido sua fase adulta no século XVII, contemporâneo da "peste da Renascença", foi ele o criador de uma ideia cristã de caridade baseada na *Charité*, fundada em 1617 e responsável pelo alimento do corpo e da alma dos necessitados. Os românticos e os racionalistas do século XIX, entretanto, fizeram crer que a caridade nada mais era do que uma atitude "vexatória, socialmente prejudicial e contraproducente". Principalmente a partir de 1848, com a revolução europeia e a ascensão do socialismo na França. Em resposta a tais concepções, Caetano afirmava ser a caridade superior à "secura das doutrinas sociais" e às "soluções frágeis do direito".[31] Ainda que com grande erudição, citando importantes referências da cultura europeia, como Flaubert, Pascal e Bossuet, Caetano demonstrava, nesse seu pendor "espiritual", um forte compromisso com um tipo de tradicionalismo que teve na figura do ditador Oliveira Salazar sua figura de proa.

O combate ao romantismo e ao racionalismo, expressões da ingenuidade em um caso e do materialismo ascético em outro, teve na trajetória de Caetano uma versão política. Além de católico praticante, ingressou ainda jovem no Integralismo Lusitano (IL). O IL foi responsável pela formação de uma corrente intelectual que, reinventando a "tradição" de uma sociedade orgânica e corporativa em que o Portugal

editora2arte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 210 21.05.10 18:17:41

medieval teria sido paradigma, opunha-se ao liberalismo do século XIX, produto de "importação" e consequentemente estranho aos valores portugueses. Para tal, se apoiava nos esquecidos teóricos do pensamento contra-revolucionário português do século XIX, ligados à figura absolutista de d. Miguel.[32]

A referência a d. Miguel é importante, uma vez que o IL era um movimento que, além de nacionalista e católico, defendia o retorno à monarquia e a fidelidade a seu herdeiro, d. Duarte Nuno de Bragança.[33] Mas também deve ser referida uma figura mais recente e não menos importante para os integralistas portugueses: a do jornalista e poeta António Sardinha. Republicano na juventude, desiludiu-se com o regime de 1910 e migrou para o monarquismo na mesma ocasião em que se convertia à fé católica. Deputado monarquista durante a breve ditadura de Sidónio Pais, foi a principal referência intelectual do IL. Faleceu em 1927, aos 37 anos.[34] Vê-se, portanto, ao longo da segunda metade da década de 1920, um Caetano ainda profundamente doutrinário e fiel tanto ao catolicismo quanto ao integralismo, embrião do futuro movimento fascista português conhecido como nacional-sindicalismo, já sob a chefia do principal herdeiro político de António Sardinha, o também jornalista Francisco Rolão Preto.[35]

Se o catolicismo se manteve por muitos anos, as circunstâncias levaram-no, ao lado de outros integralistas, a uma adesão gradativa ao regime do Estado Novo. A partir de 1928 iniciou suas atividades de homem de Estado como colaborador ativo de Salazar, na qualidade de auditor jurídico do Ministério das Finanças. Não deixou, entretanto, de manter atividades acadêmicas. Doutorou-se em 1931 e em 1933, por concurso público, tornou-se professor da mesma Faculdade de Direito de Lisboa em que havia se destacado como aluno. Recusou convite de Salazar para fazer parte da lista de deputados da União Nacional, o partido único do regime corporativo,[36] afirmando que sua única vocação era a universidade.[37]

Ao lado da atividade docente, Caetano foi também, a partir da década de 1930, um assíduo articulista de jornal, principalmente no *Jornal do Commercio e das Colônias*, no qual assinava uma coluna duas vezes por

editoriarte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 211 21.05.10 18:17:41

semana. Os temas tratados por Caetano eram de natureza variada. Para o objetivo do presente artigo tratarei daqueles referentes à conjuntura internacional, nomeadamente a europeia, e à organização corporativa.

A situação internacional: isolamento e integração

O primeiro artigo sobre os problemas externos a Portugal data de maio de 1932. Caetano faz uma análise da situação francesa nos sete anos entre a queda do governo Herriot e o retorno da esquerda ao poder. Começa criticando a anterior política econômica da França, por ele chamada de "cartel das esquerdas". A inevitável derrota de Herriot e a vitória de Poincaré teriam resultado no equilíbrio das finanças. Políticas "demagógicas", como, por exemplo, impostos sobre o capital, monopólio do mercado cambial e aumento de impostos diretos, haviam sido substituídas por uma política austera e responsável. A nova vitória da esquerda nas eleições francesas preocupava Caetano, que via no resultado a possível perda de uma oportunidade histórica para os franceses. Em uma conjuntura em que a Espanha se via envolta em uma crise de instabilidade que percorreu toda a sua Segunda República e a Alemanha vivia o caos econômico e político de Weimar, a França poderia atrair as simpatias "dos conservadores" conquistando investimentos "fugidos das praças apeadas da consideração internacional".[38]

O futuro se revelava incerto: "Que irá suceder agora? O nervosismo dos capitalistas provados tão duramente n'este período aflictivo não consente a mínima manifestação de hostilidade, o mais pequeno sinal de ataque. Seria o pânico". Ligado aos acontecimentos mundiais, preocupado com a crise econômica da Europa, Caetano vislumbrava na França a possível consolidação de um campo conservador contra os radicalismos que se avizinhavam na Espanha e na Alemanha. Mas é interessante notar seu entendimento a respeito da existência de uma economia internacional já à época interligada. Para nosso personagem, naquela altura não havia mais a possibilidade de um modelo de desenvolvimento capitalista autônomo. Com 30 anos de antecedência, não concordava com o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, que, diante da pressão inter-

editora2arte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 212 21.05.10 18:17:41

nacional contra as guerras em África, na década de 1960, teria afirmado: "Estamos cada vez mais orgulhosamente sós".[39] A possibilidade de uma alternativa conservadora para Caetano passava necessariamente pela existência de um mercado potencialmente livre. Em diversas outras passagens, principalmente em seus artigos voltados exclusivamente para a economia, se poderá ver um autor que se opunha a uma perspectiva exageradamente estatizante. Em um país que dependia fortemente das exportações, sabia do perigo que poderiam vir a representar atitudes protecionistas. Assim, mais uma vez com relação à França, escreveu um artigo datado de junho de 1932 em que criticava fortemente a decisão do governo francês de taxar em 15% os produtos procedentes de Portugal.[40] Caetano tinha, portanto, a exata dimensão das possibilidades e dos limites de um eventual projeto de modernização do Estado Novo. Sabia, por um lado, que um desenvolvimento autônomo de sua economia seria inviável. Mesmo porque conhecia bem as teses de Salazar e sua renhida oposição a um desenvolvimento urbano que significasse industrialização e crescimento das classes operárias, como também seu apego pelo mundo rural, da pequena propriedade agrícola de caráter familiar.[41] A permanência de uma economia predominantemente agrícola era, portanto, uma realidade que não se podia alterar. Por outro, estava ciente da necessidade de integração e da importância dos investimentos advindos dos capitais internacionais.

Caetano era um tenaz defensor da primeira política econômica de Salazar, voltada para o equilíbrio financeiro e para o combate aos gastos excessivos do Estado.[42] Mais uma vez citando a França, fez pilhéria de uma tradição portuguesa de imitar permanentemente o estrangeiro. "Se a França tinha déficit público, por qual motivo Portugal não o teria também?". Ironicamente, entretanto, citava o governo esquerdista francês e seu anúncio de combate ao déficit. Os críticos de Salazar, copiadores de modas estrangeiras, poderiam agora elogiar o ditador. A França combatia o déficit. Que Portugal fizesse o mesmo.[43] Mas se de certa forma Caetano se parecia um liberal em época de tanto estatismo, o mesmo não se verificava no que dizia respeito à política. Sobre a relação entre economia e democracia, como na França, mostrava algum ceticismo:

editora2arte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 213 21.05.10 18:17:42

> O velho socialista que preside hoje ao governo da França e o seu rotundo ministro das Finanças bem pretendem solucionar o doloroso problema financeiro: mas contra eles se erguem os senhores do Estado democrático — funcionários sindicalizados, caciques *que não podem nem devem pagar mais*... E o Parlamento? Consentirão esses centros de indivíduos barulhentos, que o compõem, em sobrepor o interesse da França aos interesses dos partidos e clientelas?

A democracia revelava-se, assim, um impedimento para a justa política econômica. Encerrava seu artigo com uma defesa tanto das medidas econômicas de Salazar como também de sua política ditatorial: "Se não consentirem... poder-se-ha dizer, com probidade, que na actual experiencia francesa o Executivo justificou as finanças e o Legislativo a política da ditadura portuguesa".

Em artigo datado de junho de 1932, nosso personagem escreveu a respeito do problema das reparações de guerra e da Conferência das Reparações anunciada para o dia 16 daquele mês, sobre cuja realização pairavam dúvidas, em decorrência da moratória Hoover. De modo geral, pode-se perceber que se alinhava com aqueles que criticavam tanto os métodos quanto o conteúdo dos acordos de paz. Os acordos, nomeadamente Versalhes, haviam vetado qualquer possibilidade de recuperação econômica dos países derrotados na guerra.[44] Caetano se mostrava particularmente crítico em relação ao comportamento da França:

> Deste modo a divida das reparações aparece-nos primeiro como uma divida política que os aliados pretendiam cobrar por direito de victoria e usando se preciso fosse de sansões políticas e militares: é este conceito o inspirador da acção dos governos, especialmente do governo francez, durante toda a primeira fase do drama, que vai até á ocupação do Ruhr.

Por este motivo: "A ocupação do Ruhr foi o início da catástrofe alemã, a causa próxima da formidavel inflacção que deu origem á depreciação do marco". A solução, portanto, viria de um acordo mais técnico que

editorIarte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 214 21.05.10 18:17:42

político, ou seja, a partir de um cálculo real das possibilidades de pagamento por parte da Alemanha.[45] Evitar-se-ia, assim, o reacender de uma crise que, à época, parecia interminável.

Caetano, claro, não se preocupava apenas com os problemas franceses ou as reparações à Alemanha nem se referia só a eles. O tênue equilíbrio entre as potências, que em larga medida tinha a ver com a questão alemã, era também motivo para suas reflexões e vetor para evidenciar suas convicções políticas. Reconhecia que a situação mundial era motivo para inquietações, ao mesmo tempo em que a Sociedade das Nações revelava sua incompetência e se isolava em uma afirmação estéril de garantia da paz mundial.[46] A crise evidenciava o esgotamento das crenças do "progresso indefinido" e das desilusões na "maquina da sociedade anonima, da ciencia e da democracia, após tantas e tão profundas demonstrações vindas a entibiar a nossa fé e a desiludir a nossa esperança…". O século XIX, portanto, havia se esgotado. A permanência de convulsões e barbarismos, como na Rússia "submetida ao jugo tirânico dos bárbaros" e na Espanha "errante na ultima aventura de d. Quixote", decorrida da incompreensão dos novos tempos, da continuidade de ideologias extemporâneas e exóticas. Portugal, por seu turno, pertencia ao seleto grupo de eleitos que haviam adotado o caminho da paz.

Em suas análises a respeito da crise europeia, é possível perceber uma postura de proximidade e distanciamento. Por um lado, Caetano vê a economia mundial já largamente entrelaçada. Razão pela qual esperava que a França, frente às crises espanhola e alemã, se consolidasse como uma referência importante para investimentos de capitais "conservadores". Nesse aspecto esperava apenas que o governo francês compreendesse a natureza da economia de Portugal e revisse sua política de taxação exacerbada. Por outro lado, percebe a peculiaridade portuguesa. Um país eminentemente agrário e que não objetiva romper com essa situação, principalmente em decorrência das teses "ruralistas" de Oliveira Salazar. Mas também é interessante perceber a ideia positiva que Caetano dá à visão de um Portugal isolado em relação ao resto da Europa, particularmente naquilo que diz respeito às turbulências sociais. Para

editora2arte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 215 21.05.10 18:17:42

Caetano, assim deveria se colocar Portugal frente à Europa: uma integração desejada no campo econômico; um isolamento desejado no campo da política.

O corporativismo português entre o indivíduo e o coletivo

A institucionalização, em 1933, do Estado Novo português passou pela outorga de uma nova Constituição e do Ato Colonial. No primeiro caso, o novo ordenamento jurídico teve uma feição nitidamente antiliberal e corporativa. Ao lado de outros importantes juristas portugueses, como Fezas Vital e Quirino de Jesus, Caetano, aos 27 anos, é um dos redatores do novo texto constitucional.

Paralelamente à Constituição, o Estado Novo tratou de aprovar a criação de um novo aparato legislativo capaz de dar funcionamento à máquina corporativa. Em 23 de setembro de 1933, por meio de três decretos,[47] foi instituído o Estatuto do Trabalho Nacional (ETN). Além disso, foi criado, também por decreto-lei,[48] no âmbito do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, o Instituto Nacional de Trabalho e Previdência (INTP). Inaugurava-se, a partir de então, uma nova forma de relacionamento entre o Estado e o universo do trabalho. Foi com a implantação do Estado Novo e das instituições destinadas formalmente à ordenação do mundo do trabalho (particularmente o ETN e o INTP) que se pôde falar de um efetivo início de corporativização do Estado português.[49] Para o cargo de subsecretário de Estado das Corporações foi nomeado Pedro Teotónio Pereira, amigo de Caetano e com ele, nos anos 1920, militante católico e integralista.[50] A questão corporativa tomou conta das preocupações de Caetano em diversos de seus artigos. No primeiro deles procurou fazer uma comparação entre a democracia liberal e o corporativismo. Otimista, apontava para uma crise na democracia "igualitária" nascida no século XVIII e realizada com a Revolução Francesa, "talvez passageira, talvez mortal, mas com certeza profunda".[51] A crise do liberalismo, caracterizada pela descrença no sufrágio universal, no regime parlamentar, nos partidos políticos e na liberdade individual, era, para Caetano, já de reconhecimento não só

editora2arte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 216 21.05.10 18:17:42

de seus mais ferozes críticos, mas também das próprias nações democráticas. Diante desse inequívoco fato, três opções se colocavam. Em primeiro lugar, a dos próprios liberais, que se recusavam a qualquer alteração substancial no Estado, reconhecendo apenas a necessidade de algumas reformas que aperfeiçoariam o funcionamento do sistema liberal. O primado do individualismo, nesse caso, se manteria.

> A Revolução Francesa proclamando a libertação do individuo, deixou-o isolado em face do poder e á mercê dele; deixou-o entregue a seus próprios impulsos, e esperou que da satisfação automatica das necessidades de cada um com o menor esforço resultasse a harmonia expontanea de um novo paraíso terreal.

A ideia de um indivíduo atomizado, típica do pensamento conservador do século XIX, revela-se nítida nesse artigo de Caetano.[52] Em segundo lugar estava a opção "bolchevista", que negava a propriedade privada e defendia a imposição da igualdade econômica. A vida social seria fundida em uma só forma, para todos os indivíduos: "É o panorama desolado que nos oferece a Russia actual." Por fim, o corporativismo como opção. A doutrina corporativa pretende, para Caetano, conciliar patrões e operários, sob a égide do comum interesse da produção.

> São seus princípios fundamentais, a conservação da propriedade privada, reduto insubstituível da liberdade individual, embora nela sobreponham ao "direito" a "função"; a defesa e o robustecimento dos agregados nacionais e o respeito das suas tradições; a regulamentação da vida economica de acordo com o interesse supremo da Nação e o melhoramento das condições do operariado.

A seu ver, o sistema funcionaria a partir da criação de grêmios profissionais ordenados de acordo com o ramo de atividade econômica. Essa concepção genérica foi aos poucos adquirindo contornos próprios no

editora2arte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 217 21.05.10 18:17:42

discurso de Caetano a partir da efetiva implantação do corporativismo em Portugal. O modelo originalmente proposto se assemelhava ao modelo fascista, no qual a ordem econômica desconhecia interesses conflitantes, como os de patrões e empregados.[53]

Em 1933, embora um pouco antes da publicação das leis corporativas, Caetano publicou um artigo intitulado "panorama corporativo português".[54] Começa fazendo uma reflexão a respeito das possibilidades de real implantação do que chamava de "doutrina corporativa" em Portugal. Um forte pessimismo era evidente em sua análise, apontando para uma pequena tradição organizativa em Portugal. Para Caetano, a índole comunitária do português restringe-se ao Estado, carecendo o país de um associativismo privado mais forte. Com o Estado tudo se tem, sem o Estado nada se tem. Tratava-se de uma vocação histórica:

> Somos uma nação de índole comunitária, mas a comunidade que procuramos não é a comunidade particular e sim a comunidade do Estado. Foi sempre assim. (…). Quando certo dia o rei resolveu não convocar mais as côrtes, as côrtes acabaram — ao passo em que em Inglaterra se converteram pela sua própria virtude numa instituição.

Mais uma vez verifica-se uma tendência à negação de um papel determinante do Estado na organização da vida social. Com exceção das associações comerciais do Porto e de Lisboa, as demais se revelavam fracas e de pouca representatividade. Quanto às associações operárias, o quadro era ainda pior: "Associações operarias de caracter puramente profissional, não revolucionarias, existem bastantes, de importancia desigualissima e em geral nas mãos dos *meneurs*… a que a massa passiva obedece". Para ele, a passividade se dava em razão do egoísmo e do individualismo, razão pela qual corporações fortes, como as da Alemanha, inexistiam em terras lusitanas. Fragmentação e pouca representatividade: essa era a realidade percebida e lamentada por Caetano. Um quadro em que, para ele, o Estado era obrigado a intervir a fim de que houvesse um mínimo de organização profissional.

editorIarte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 218 21.05.10 18:17:42

A criação do Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, pelo Decreto-Lei n° 22.428, de 10 de abril de 1933, mereceu, entretanto, artigo mais otimista. A seu juízo, foi, depois da Constituição, o acontecimento de maior relevo em Portugal, uma vez que poderia agir *sobre* um país cujo olhar ainda era bastante pessimista: "O espírito do Estado Novo, anti-individualista e corporativo, encarna no orgão que se destina a dar forma a uma Nação quasi amorfa".[55] O Subsecretariado era um órgão de feição solidária em um país ainda predominantemente individualista. Para tanto, a escolha do subsecretário tem que obedecer a critérios rígidos:

> Tem de possuir uma formação nacionalista integral, tem de ter a animá-lo a magnífica flama de um alto e nobre ideal, tem, enfim, de juntar a uma inteligência universal, um caracter antigo, á profundidade da cultura a magnanimidade do coração.

A sorte de Portugal estava no fato de que o homem escolhido, Pedro Teotónio Pereira, se enquadrava perfeitamente no perfil acima citado. Sendo um dos mais destacados homens "de minha geração", Teotónio Pereira tinha uma tarefa — a de efetivamente implantar o corporativismo em Portugal — que ia além de um "simples capricho político". Interessante notar como, resistente à ideia de um Estado absoluto, Caetano também não poupava críticas, segundo sua matriz conservadora, ao liberalismo. Para ele: "Toda a gente está de acordo em reconhecer os inconvenientes de um atomismo social que só tem produzido crises, miseria, instabilidade e desordem". O papel do Estado Novo seria então o de coordenar esforços até então fragmentados para de fato impor uma sociedade com real espírito de cooperação, "... sem destruir a iniciativa e a liberdade individuais, mas fazendo com que da associação de interesses provenha o maximo de rendimento para o individuo e para a colectividade".

Em maio de 1935, portanto dois anos após a implantação do corporativismo, Caetano voltava a tratar do tema em artigo que se intitulava

editora2arte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 219 21.05.10 18:17:42

"Crise do corporativismo". Reconhecia o autor que a sociedade portuguesa havia acolhido com "a esperança, o interesse e a confiança" a chegada da "revolução corporativa".[56] Tratava-se de uma ruptura com o passado liberal da Primeira República e mesmo com a primeira fase da ditadura implantada a 28 de maio de 1926. Uma revolução difícil de ser executada, haja vista a existência de um país "sem suficiente preparação doutrinal e sem nenhuma aproveitável prática". Partiu-se, portanto, da estaca zero. A República de 1910 tinha formado uma cultura individualista, responsável por uma inicial incompreensão do real espírito do corporativismo: "…os homens com que se contava — e se conta — são ainda aqueles que se formaram com uma educação liberal, num ambiente individualista e sofrendo todas as influências da indisciplina nacional". Aqui, uma crítica frontal ao liberalismo, o que, como já dissemos, não significou uma defesa de um Estado como agente primeiro da organização política nacional:

> No domínio social surgiram espontaneamente várias corporações — porque a Corporação, para existir realmente não precisa de decreto instituidor, nasce logo que se estabelecem órgãos comuns e permanentes para a disciplina das relações entre empresas e empregados.

Assim, se havia crise do corporativismo, título de seu artigo, tratava-se de uma crise de crescimento, de aprendizado com sua prática, seu cotidiano.

Ainda em maio de 1939, Caetano escrevia mais um artigo a respeito do tema. Para ele, mais do que uma mudança de nomenclatura das velhas associações de classe, a formação dos sindicatos nacionais e dos grémios representou uma mudança de espírito. As primeiras, tanto de patrões como de empregados, tinham um "espírito de luta", marcado pela busca de regalias privadas ou de intimidação do oponente.[57] A forma de comportamento dessas associações, portanto, contrastava com a natureza do corporativismo. A seu ver:

editorIarte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 220 21.05.10 18:17:42

> …a Corporação só nasce quando se unem em um só corpo, com dirigentes comuns representando o complexo das funções coordenadas, todos os grémios e sindicatos que agrupem as empresas, os técnicos e os trabalhadores interessados em dada profissão, em dada actividade economica, ou em dado produto.

Para Caetano, *corporação* significava *compreensão* e *colaboração*. Sobretudo compreensão de patrões e de empregados para a implantação do bem comum, tendo consciência, ambos, "do significado moral do capital e do trabalho ao serviço da colectividade".

Vale aqui a observação de que nem na teoria nem na prática o corporativismo português foi instituído da forma como pretendia Marcello Caetano. Na primeira fase do corporativismo, as associações patronais (grémios) e de empregados (sindicatos nacionais) eram estanques, reunindo-se apenas em momentos de firmar contratos coletivos de trabalho. Sobre os contratos coletivos era um entusiasta. Chegou mesmo a afirmar que:

> …os contratos colectivos, verdadeiras leis particulares de cada ramo do comércio ou da indústria, criando as comissões arbitrais corporativas e as instituições sindicais de previdencia com a sua direcção paritária erigiram, antes da lei, as mais vivas e eficazes corporações portuguesas.[58]

Entretanto, conforme apontam diversos estudos a respeito do corporativismo, a presença do Estado era determinante não apenas para garantir os eventuais encontros entre patrões e empregados, mas também para, predominantemente, defender os interesses dos últimos.[59]

Quanto às consequências do corporativismo na vida social do país, elas negavam tanto a preponderância do indivíduo sobre o coletivo, como quer a matriz liberal, como o domínio do coletivo sobre o indivíduo, como pretendem as diversas concepções estatistas. Mais uma vez Caetano se figurava no meio de perspectivas que, à época, eram vistas como contraditórias, oponentes.

editorIarte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 221 21.05.10 18:17:42

CONCLUSÃO

As dificuldades vividas em Portugal durante sua Primeira República diziam respeito a uma formação histórica que em muito se distanciou dos modelos democrático-liberais advindos dos valores iluministas do final do século XVIII. Ao contrário, portanto, dos projetos políticos amparados nos modelos francês ou inglês, Portugal procurou manter, como elemento unificador de seu projeto nacional, a tradição por ele inaugurada desde a formação dos Estados modernos e, mais particularmente, desde a Restauração, entendida como o momento do *renascer* da pátria portuguesa. Por esse motivo, Portugal cumpriu um importante papel na preservação e até mesmo na defesa da fé católica diante da modernidade protestante. Ao mesmo tempo, constituiu, como pilar para sua unidade nacional, a permanência de sistemas agrários tradicionais. Dessa forma, o tripé "Deus, Pátria, Família", tantas vezes alardeado pelo salazarismo, nada mais foi de que uma continuação das formas de representação cultural presentes na história da nação portuguesa.

A República instalada em 1910, na perspectiva de seus oponentes, representava a ruptura com o passado histórico de Portugal. Era ela a expressão da antinação, com todos os derivados possíveis (maçonaria, anticlericalismo, laicização do Estado etc.). Por isso, a necessidade de uma nova ruptura. Primeiramente, em um sentido restauracionista. O compromisso original dos primeiros movimentos opositores do liberalismo republicano, principalmente aquele de matiz católica, foi no sentido de garantir o retorno ao passado monárquico.

Entretanto, principalmente após a breve ditadura de Sidónio Pais, novos agentes surgiram na perspectiva de oposição a um liberalismo em crise em toda a Europa. Em meio a segmentos militares, industriais e da própria intelectualidade portuguesa, o mal-estar provocado pela democracia republicana, ao invés de fazer gerar um sentimento de restauração, impôs um projeto (ou projetos) de instalação de uma "nova República". Portanto, no lugar do passado, o futuro. Assim, as bases oposicionistas da Primeira República, vitoriosas em 1926, mesclavam sentimentos de retorno a um passado, a uma tradição, com sentimentos

editora2arte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 222 21.05.10 18:17:42

vocacionados para o futuro, para a construção de um "novo" momento na História de Portugal.

Vale dizer, por fim, que o projeto efetivamente vitorioso a partir de 1926 nasceu daqueles que souberam unificar passado e futuro, não pensando um e outro sentimento como excludentes, mas tendo a consciência de que eram, na prática, complementares. Essa complementaridade encontra-se exatamente na noção de uma nova democracia. Não mais a velha e ultrapassada democracia dos conflitos, hiato entre um passado a ser resgatado e um futuro a se construir. O novo momento seria aquele dominado pela ideia de democracia orgânica, "de ordem, de autoridade, de disciplina, de coordenação social, de nação e de Estado".

NOTAS

1. Para o caso português, objeto específico do presente artigo, a mais importante interpretação no sentido de identificar o Estado Novo como sendo um regime fascista, é a de Manuel de Lucena (1976). Sobre as diversas interpretações em torno do salazarismo, ver Costa Pinto, 1992.
2. Costa Pinto, 1994, p. 67-92.
3. Paschkes, 1985, p. 9.
4. Cruz, 1998, p. 13.
5. Cruz, 1978, p. 528.
6. Rosas, 2004, p. 44.
7. Leal, 1994, p. 97.
8. António Joaquim Tavares Ferro (1895-1956). Um dos nomes mais importantes da política cultural do Estado Novo, foi diretor do Secretariado de Propaganda Nacional. Jornalista por vocação, jamais concluiu o curso de Direito, iniciado em 1913. Era também poeta e ensaísta. Antes do Estado Novo, Ferro já era um dos mais importantes personagens das letras portuguesas. Modernista, ativo e brilhante intelectual, defendia um Estado intervencionista protetor das artes. Adversário da democracia, destacou-se como propagador do pensamento antiliberal nos anos 1920. Antes, já havia se entusiasmado com o breve período do sidonismo em Portugal. Apesar da frustração com o assassinato de Sidónio, Ferro nunca deixou arrefecer o seu entusiasmo pelo autoritarismo. Assim, na

editora2arte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 223 21.05.10 18:17:42

década de 1920, entrevistou diversos expoentes do autoritarismo e antiliberalismo europeu: Gabrielle D'Anunzio, Primo de Rivera, Mustapha Kemal, Benito Mussolini e outros. Em 1932 publicou, no jornal *Diário de Notícias*, uma longa entrevista com Salazar, editada logo a seguir em livro e utilizada como fonte de propaganda do regime. No SPN, constituiu-se no principal elaborador da política de propaganda do Estado Novo. Cf. PAULO, 1996, p. 355-357.

9. *Idem*., p. 45.
10. Leal, 1994, p. 157.
11. *Idem*, p. 158. Ver também Hobsbawm, 1995, p. 113-143.
12. Sobre a recusa de Portugal ante o liberalismo no século XIX, ver SILBERT, 1977, p. 33-78.
13. Hespanha, 1994, p. 297-307.
14. Gómez, 1985, p. 27.
15. *Idem*, p. 81-85.
16. Sobre a geração de 1870, ver MÓNICA, 2001; ver também MEDINA, 1980.
17. Sternhell, Sznajder e Ashéri, 1995, p. 145-205.
18. Pinto, 1994, p. 23-92. Ver também Cruz, 1982, 1°, p. 137-182.
19. Pinto, 1994, p. 25.
20. Hobsbawm e Ranger, 1984.
21. PINTO, 1994, p. 50-51.
22. *Idem*, p. 49.
23. Leal, 1994, p. 55.
24. *Idem*, p. 56.
25. *Ibidem*.
26. *Idem*, p. 48.
27. Cruz, 1978, 2°, p. 267.
28. *Idem*, p. 268-269.
29. Patriarca, 1995, p. 266.
30. *Idem*, p. 559.
31. Boletim Português da Sociedade São Vicente de Paulo. AMC (Arquivo Marcelo Caetano), Caixa 1. Sociedade De São Vicente De Paulo.
32. Pinto, 1994, p. 25. Sobre o Integralismo Lusitano, ver também DESVIGNES, 2006.
33. Moção. AMC, Caixa 1, Integralismo Lusitano, n° 2.
34. Sobre os nexos entre Sardinha e o Estado Novo português, ver Carvalho, 1995, p. 79-123; Carvalho, 1996, p. 231-243.

editoriarte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 224 21.05.10 18:17:42

35. Pinto, 1992, p. 575-613.
36. Sobre a União Nacional, ver Cruz, 1988.
37. Correspondência de Marcello Caetano a António Oliveira Salazar, de 22 de novembro de 1934. *In*: Antunes, 1994, p. 96.
38. "Notas econômicas e financeiras: as finanças francesas e as eleições". AMC, Caixa 1, Artigos De Imprensa, n° 6.
39. Salazar, s/d, p. 368.
40. "As relações comerciais entre Portugal e a França: um problema grave que é necessário resolver sem demora". AMC, Caixa 1, Artigos De Imprensa, n°14.
41. Salazar, já em 1916, quando das provas para Assistente da Universidade de Coimbra, tinha criticado o latifúndio alentejano do "dono ausente" e enaltecido a defesa da terra pequena "fecundada pelo capital e o trabalho". Salazar, 1916, p. 8. Também em artigo publicado na imprensa, Caetano cita a tese de Salazar. Não a aprofunda muito, posto que provavelmente discordava de seus argumentos. Cf. "As Faculdades de Direito e as ciências económicas em Portugal. AMC, Caixa 1, Artigos De Imprensa, n° 1, Anexo 1.
42. Uma ditadura de longo prazo, como a portuguesa, teve alterações periódicas em sua política económica, oscilando entre um liberalismo conservador e um estatismo relativamente intervencionista. Sobre o tema, ver Britto, 1989, p. 33-58. Para uma análise da política económica durante os primeiros anos do Estado Novo, ver ROSAS, 1990, p.29-165.
43. "A lição da França". AMC, Caixa 1, Artigos De Imprensa, n° 26.
44. "Notas económicas e financeiras: uma nova Conferência das Reparações". AMC, Caixa 1, Artigos De Imprensa, n° 11.
45. *Idem*.
46. "Futuro incerto". AMC, Caixa 1, Artigos De Imprensa, n° 41.
47. Decreto n° 23.049, destinado a patrões do comércio, da indústria e agricultura; Decreto n° 23.050, destinado aos empregados, operários e às profissões liberais; e, Decreto n° 23.051, destinado ao mundo rural.
48. Decreto n° 23.053.
49. MARTINHO, 2002, p. 34.
50. Pedro Teotônio Pereira (1902-1972). Militante do Integralismo Português na juventude, tornou-se de imediato um dos mais importantes colaboradores do Estado Novo. Em 1933, ocupou o cargo de subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social e, em 1936, de ministro do Comércio e Indústria. No ano seguinte, foi nomeado "agente especial" do governo português

editora2arte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 225 21.05.10 18:17:42

junto ao regime franquista durante a Guerra Civil Espanhola. Em 1938, terminada a Guerra, foi nomeado embaixador de Portugal na Espanha, tendo sido o articulador da assinatura do Tratado de Amizade e não Agressão Luso-Espanhol, que formalizava o reconhecimento .das fronteiras entre os dois Estados ibéricos e afirmava a amizade recíproca entre os dois países. De 1945 a 1947, foi embaixador no Brasil. Em 1958, depois de ter passado, como representante do governo português, por Washington e Londres, foi nomeado inistro da Previdência. ROSAS, 1996, p. 718-719.

51. "Corporativismo". AMC, Caixa 1, Artigos De Imprensa, n° 30.
52. Para uma análise das concepções conservadoras e de direita no século XIX, ver Teixeira Da Silva, 1993.
53. Tannenbaum, 1975, p. 121-125.
54. "Panorama corporativo português". AMC, Caixa 1, Artigos De Imprensa, n° 31.
55. "A criação do Subsecretariado das Corporações". AMC, Caixa 1, Artigos De Imprensa, n° 45.
56. "Crise do corporativismo". AMC, Caixa 1, Artigos De Imprensa, n° 69 — fotocópia.
57. "Espírito corporativo". AMC, Caixa 1, Artigos De Imprensa, n° 70 — fotocópia.
58. "Crise do corporativismo". AMC, Caixa 1, Artigos De Imprensa, n° 69 — fotocópia.
59. PATRIARCA, 1995, p. 647-649.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRE, Valentim. "O império colonial". *In*: COSTA PINTO, António. *Portugal Contemporâneo*. Madri: Sequitur, 2000.

BRITTO, José M. B. "Sobre as ideias económicas de Salazar". *In*: ROSAS, F. e BRITTO, J. M. B. (Orgs.). *Salazar e o salazarismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1989, p. 33-58.

CARVALHO, Paulo Archer de. "De Sardinha a Salazar: o nacionalismo entre a euforia mítica e a formidável paranoia". *Do Estado Novo ao 25 de Abril. Revista de História das Ideias*. (17). Coimbra: Instituto de História e Teoria das ideias da Faculdade de Coimbra, 1995, p. 79-123.

editorIarte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 226 21.05.10 18:17:42

_____. "Ao princípio era o verbo: o eterno retorno e os mitos da historiografia integralista". *História — Memória — Nação. Revista de História das Ideias* (18). Coimbra: Instituto de História e Teoria das ideias da Faculdade de Coimbra, 1996, p. 231-243.

COSTA PINTO, António. *Os camisas azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal — 1914/1945*. Lisboa: Estampa, 1994.

_____. *O salazarismo e o fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Estampa, 1992.

CRUZ, Manuel Braga da. *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Bizâncio, 1998.

_____. "O integralismo lusitano nas origens do salazarismo". *Análise Social*. Lisboa: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. XVIII (70), 1982, 1°, p. 137-182.

_____. "As origens da democracia cristã em Portugal e o Salazarismo (I)". *Análise Social*. Lisboa: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. XIV, 2°, 1978, p. 525-531.

DESVIGNES, Ana Isabel Sardinha. *António Sardinha (1887-1925): um intelectual no século*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/ICS, 2006.

HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan: instituições e poder político em Portugal — séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994.

HOBSBAWM, Eric. J. *A era dos extremos: o breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

GÓMEZ, Hipólito de la Torre. *Do "perigo espanhol" à amizade insular. Portugal-Espanha (1919-1930)*. Lisboa: Estampa, 1985.

LEAL, Ernesto Castro. *António Ferro: espaço político e imaginário social (1918-32)*. Lisboa: Cosmos, 1994.

LUCENA, Manuel de. *A evolução do sistema corporativo português*. V. I: O Salazarismo. Lisboa: Perspectivas e realidades, 1976.

MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes. *A bem da nação. O sindicalismo português entre a tradição e a modernidade (1933-1947)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MEDINA, João. *Eça de Queiróz e a geração de 1870*. Lisboa: Morais, 1980.

MÓNICA, Maria Filomena. *Eça. Vida e obra de José Maria Eça de Queiróz*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

editorIarte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 227 21.05.10 18:17:42

PASCHKES, Maria Luisa. *A ditadura salazarista*. São Paulo: Brasiliense, 1985 (Coleção Tudo é história, n°. 106).

PATRIARCA, Fátima. *A questão social no Salazarismo: 1930-1947*. 2 v. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1995.

PAULO, Heloísa, FERRO, António Joaquim Tavares. *In*: ROSAS, F., BRANDÃO DE BRITO, J. M. *Dicionário de história do Estado Novo*. V. I, A-L. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 355-357.

PINTO, António Costa. *Os camisas azuis*: *Ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal — 1914/1945*. Lisboa: Estampa, 1994.

_____. "As elites políticas e a consolidação do Salazarismo: o Nacional Sindicalismo e a União Nacional". *Análise Social*. Lisboa, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. V. XXVII, n° 116-117, 1992/2°-3°, p. 575-613.

ROSAS, Fernando. *Pensamento e acção política: Portugal, século XX (1890-1976)*. Lisboa: Editorial Notícias, 2004.

_____. "PEREIRA, Pedro Teotônio". *In*: ROSAS, F.; BRANDÃO DE BRITO, J. M. *Dicionário de história do Estado Novo*. V. I, A-L. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996, p. 718-719.

_____. *Portugal entre a Paz e a Guerra* (1939-1945). Lisboa: Estampa, 1990.

SANTOS, Boaventura de Souza. "A crise e a reconstrução do Estado em Portugal". *Pensamiento Iberoamericano*, n° 5. Madri: Universidad Computense, enero-julio, 1984.

SILBERT, Albert. *Do Portugal de Antigo Regime ao Portugal Oitocentista*. 2ª ed. Lisboa: Horizonte Universitário, 1977.

STERNHELL, Zeev; SZNAJDER, Mario; ASHÉRI, Maïa. *Nascimento da ideologia fascista*. Venda Nova: Bertrand, 1995.

TANNENBAUM, E. R. *La experiencia fascista: Sociedad y cultura en Italia* (1922-1945). Madrid: Alianza, 1975.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *Europa ou o concerto das nações. A riografia conservadora de Leopold von Ranke*. Tese (titulação em História Moderna e Contemporânea). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

editorIarte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 228 21.05.10 18:17:43

Fontes Impressas

Correspondência de Marcello Caetano a António Oliveira Salazar, de 22 de novembro de 1934. *In*: ANTUNES, José Freire. *Salazar e Caetano: cartas secretas (1932-1968)*. Lisboa: Difusão Cultural, 1994, p. 96.

SALAZAR, António Oliveira. *Discursos* (VII) Coimbra: Coimbra Editora, s/d.

Fontes Primárias

Arquivo Marcello Caetano — AMC/ANTT

Boletim Português da Sociedade São Vicente de Paulo. AMC, Caixa 1, SOCIEDADE DE S. VICENTE DE PAULO, n° 2; Moção. AMC, Caixa 1, INTEGRALISMO LUSITANO, n° 2; "Notas economicas e financeiras: as finanças francesas e as eleições". AMC, Caixa 1, ARTIGOS DE IMPRENSA, n° 6; "As Relações Comerciais entre Portugal e a França: um problema grave que é necessário resolver sem demora". AMC, Caixa 1, ARTIGOS DE IMPRENSA, n° 14; "As Faculdades de Direito e as ciências económicas em Portugal". AMC, Caixa 1, ARTIGOS DE IMPRENSA, n° 1, Anexo 1; "A lição da França." AMC, Caixa 1, ARTIGOS DE IMPRENSA, n° 26; "Notas económicas e financeiras: uma nova Conferência das Reparações". AMC, Caixa 1, ARTIGOS DE IMPRENSA, n° 11; Futuro incerto. AMC, Caixa 1, ARTIGOS DE IMPRENSA, n° 41; "Corporativismo". AMC, Caixa 1, ARTIGOS DE IMPRENSA, n° 30; "Panorama corporativo português". AMC, Caixa 1, ARTIGOS DE IMPRENSA, n° 31; "A criação do Subsecretariado das Corporações". AMC, Caixa 1, ARTIGOS DE IMPRENSA, n° 45; "Crise do corporativismo". AMC, Caixa 1, ARTIGOS DE IMPRENSA, n° 69 — fotocópia; "Espírito corporativo". AMC, Caixa 1, ARTIGOS DE IMPRENSA, n° 70 — fotocópia.

editorIarte | Título: Intelectuais e anti-liberalismo | Editora Civilização Brasileira | Programa utilizado: InDesign CS3 | 2ª prova

Intelectuais_2a.indd 229 21.05.10 18:17:43